

Tema: Gestão Democrática e Sistema de Planejamento

1 Ao quarto dia do mês de Agosto de 2022, às 19h10min, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, a
2 Prefeitura de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento,
3 conforme convocatória, inicia a Audiência Pública da Etapa 1 da Revisão Intermediária do Plano
4 Diretor Estratégico - PDE, Temática Gestão Democrática e Sistema de Planejamento. A **Sra.**
5 **Patrícia Saran**, Coordenadora do Processo Participativo, toma a palavra, cumprimenta
6 cordialmente os presentes, instrui quanto ao uso das ferramentas de acessibilidade das
7 plataformas digitais, e dá início à audiência pública. Apresenta o cerimonial, informa que o convite
8 para essa audiência foi publicado em 07 de Julho de 2022 no Diário Oficial da Cidade e em jornal
9 de grande circulação, e que após a audiência a ata e as manifestações serão publicadas. Esclarece
10 que os presentes poderão se inscrever para solicitar manifestação de fala e que as inscrições
11 estarão abertas durante a apresentação, sendo que se encerram 05 (cinco) minutos após a
12 apresentação, e que cada munícipe inscrito tem 03 (três) minutos para exposição e considerações,
13 com respostas em bloco. Alerta para o link da lista de presença, disponibilizado no chat no início da
14 reunião para o preenchimento, e que será reenviado em diversos momentos ao longo da audiência.
15 Convida à composição da mesa diretora dos trabalhos e, em seguida, passa a palavra ao
16 Secretário-Adjunto **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, que agradece a colaboração de todos e
17 reforça a importância do debate sobre a gestão democrática e o sistema de planejamento na
18 cidade de São Paulo. Ressalta que a gestão do Sr. Ricardo Nunes - Prefeito da cidade de São Paulo,
19 assim como do Sr. Marcos Duque Gadelho - Secretário da Secretaria Municipal de Urbanismo e
20 Licenciamento, tem como diretriz, não apenas para o processo de revisão do Plano Diretor
21 Estratégico de 2014, mas para todas as ações realizadas pela SMUL, prezar por um amplo
22 processo participativo e democrático, para que todos os munícipes possam dar sua opinião e que,
23 através de um trabalho técnico que incorpore essa participação social e direcione as ações da
24 SMUL para atender aos grupos sociais mais vulneráveis. Dá como exemplo os debates do
25 recolhimento de recursos para combater o déficit habitacional; sobre como o sistema de
26 planejamento pode planejar a drenagem necessária em territórios vulneráveis, dentre outros.
27 Aponta que o planejamento urbano da cidade de São Paulo, definido pelo Plano Diretor de 2014,
28 procura conformar uma cidade democrática e inclusiva, buscando eliminar a segregação. Diz que a
29 presente gestão lança mão de todos os esforços e recursos necessários para que o sistema
30 democrático e de planejamento urbano sejam os mais abertos possíveis, para ouvir os diferentes
31 grupos e o contraditório, com a possibilidade de ouvir os diversos grupos com a consciência de que
32 a participação social vai melhorar as decisões sobre o planejamento urbano. Dá prosseguimento
33 aos trabalhos da audiência com a apresentação de um vídeo, produzido sobre o diagnóstico da
34 aplicação do PDE de 2014 acerca da temática da Gestão Democrática e do Sistema de
35 Planejamento e que, posteriormente, será realizada a etapa de contribuições dos participantes da
36 audiência. Inicia-se a reprodução do vídeo elaborado por PLANURB, com audiodescrição,
37 legendas e tradução simultânea em libras, que contextualiza o objetivo de apresentar um
38 panorama geral sobre o tema da gestão democrática e do sistema de planejamento como base
39 para o debate acerca da temática da audiência. Em seguida, a apresentação situa o PDE como

40 instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do município. Aponta que o conjunto
41 de objetivos, diretrizes, instrumentos e ações previstos pelo Plano Diretor foram aprovados em
42 2014, após um extenso processo de participação da sociedade. Ressalta que a elaboração do PDE
43 foi baseada em dez estratégias, dentre as quais, a busca por socializar os ganhos da produção
44 imobiliária e assegurar o direito à moradia digna para quem precisa e que, em relação ao tema da
45 gestão democrática, pode se ressaltar a estratégia de fortalecer a participação popular nas
46 decisões do rumo da cidade. Em seguida, o vídeo apresenta o macrozoneamento da cidade de São
47 Paulo e os quatro elementos da Rede de Estruturação e Transformação Urbana como elementos
48 estruturantes do Plano Diretor Estratégico. A apresentação segue contextualizando que o
49 Sistema Municipal de Planejamento prevê a articulação do Plano Diretor Estratégico de 2014 com
50 outros elementos da política urbana como o sistema do planejamento orçamentário, os planos
51 setoriais, com os planos regionais e com os planos de bairro, ressaltando que o PDE busca garantir
52 o detalhamento e a coerência entre as ações e projetos com as diretrizes da política urbana
53 estabelecidas pelo Plano Diretor. Segue a apresentação destacando os 23 planos de políticas
54 setoriais elencados pelo PDE que deveriam ser elaborados ou revistos, destacando aqueles que
55 foram elaborados e publicados e aqueles ainda não executados até outubro de 2021. Aponta que
56 estes planos elencados detalham as ações e diretrizes necessárias para que as políticas setoriais
57 contribuam para o atendimento dos objetivos estratégicos do PDE, ressaltando o papel destes
58 planos dentro do arranjo do sistema de planejamento. Descreve, em seguida, os objetivos da
59 elaboração de três diferentes instâncias do Sistema de Planejamento, sendo elas: os Planos
60 Regionais das Subprefeituras, publicados em 2016 (Decreto 57.537/2016); os Planos de Ação das
61 Subprefeituras, elaborados para o biênio de 2019 e 2020, ainda sem publicação para os anos de
62 2021 a 2024; e, por fim, os Planos de Bairro, com destaque para o Plano de Bairro do Jardim
63 Lapenna, único Plano de Bairro aprovado até o momento da audiência. Segue a apresentação com
64 a descrição da composição dos quatro órgãos colegiados que são tratados no texto da lei do PDE,
65 sendo eles, o Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU); a Câmara Técnica de Legislação
66 Urbanística (CTLU); a Comissão de Proteção da Paisagem Urbana (CPPU); e o Conselho Gestor do
67 Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB). São descritos também outros quatro
68 instrumentos de participação social listados PDE, sendo eles, audiências públicas; iniciativa
69 popular de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; iniciativa popular de
70 projetos de lei, do plebiscito e referendo; e instrumentos de promoção da cidadania. Foi apontado
71 que, destes instrumentos, apenas as audiências públicas têm registros de sua aplicação. O vídeo
72 apresenta uma análise da composição das receitas e dos recursos liquidados pelo Fundo Municipal
73 de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), apontando para a importância da Outorga Onerosa do
74 Direito de Construir (OODC) como a principal fonte de renda do FUNDURB, além de um
75 crescimento, nos últimos anos, dos recursos liquidados na categoria de investimentos, sendo que
76 em 2021, o FUNDURB representou mais de 25% dos gastos da Prefeitura de São Paulo na
77 categoria investimentos. Ressalta que os recursos do FUNDURB devem ser aplicados baseados
78 nos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos integrantes ou decorrentes do PDE,

79 sobretudo com as obrigações estabelecidas de destinação mínima de 30% dos recursos para duas
80 áreas, sendo elas, a execução de programas e projetos habitacionais de interesse social,
81 regularização fundiária e aquisição de imóveis; e nos sistemas de transporte coletivo público,
82 cicloviário e de circulação de pedestres. Ainda destaca que, a política urbana não é financiada
83 exclusivamente pelo FUNDURB, havendo a necessidade de se monitorar os investimentos, as
84 ações e as metas das ações do executivo municipal com os recursos de outras fontes. Ainda sobre
85 este tema, discorre sobre o artigo 343 do PDE, que indica a necessidade da elaboração de um
86 relatório de execução orçamentária das ações e programas relacionados ao PDE. Em seguida, é
87 apresentada a fórmula de cálculo da contrapartida da Outorga Onerosa do Direito de Construir
88 (OODC) prevista pelo PDE de 2014, que substituiu a fórmula até então vigente. Aponta que a
89 fórmula prevista pelo Plano Diretor atual estimula a máxima ocupação dos terrenos, tendo em
90 vista à lógica inversamente proporcional entre o valor da contrapartida por m² e a área construída
91 total do empreendimento. Além disso, aponta que o Fator Social (FS) e o Fator de Planejamento
92 (FP) foram revistos pelos Quadros 5 e 6, do PDE, respectivamente, com a possibilidade de revisão
93 dos seus valores a cada quatro anos. A apresentação destaca que o PDE de 2014, para a fórmula
94 da OODC, adotou como referência de valores do terreno o Quadro 14, que se trata de um
95 levantamento específico para fins de aplicação da OODC. Conforme aponta a apresentação, o
96 Quadro 14 do PDE foi atualizado apenas uma vez desde sua promulgação, embora o artigo 118 do
97 próprio PDE determine que esta atualização deve ser anual, ouvida a Comissão de Valores
98 Mobiliários. Os desdobramentos da falta de atualização dos valores do Quadro 14 foram
99 abordados no Diagnóstico da Aplicação do PDE, publicado em Abril de 2022, destacando que,
100 onde houve desvalorização da terra urbana, a não atualização do Quadro 14 agiria como fator
101 desestimulador da transformação urbana, ao passo que, nos locais onde houve valorização, a
102 captura da Outorga Onerosa está aquém de suas possibilidades reais. Conclui que, diante deste
103 cenário, a falta de atualização do Quadro 14 influi diretamente na apropriação da coletividade
104 sobre a valorização imobiliária, estratégia estimulada pelo próprio PDE. Destarte, a atualização
105 dos valores deste quadro é fator de suma relevância para atingir os objetivos previstos pelo PDE
106 de 2014. Destaca ainda que esta atualização pode se dar via Decreto, desde que o ajuste seja
107 limitado à variação da inflação mais o PIB do período. Em seguida, o vídeo apresentado descreve o
108 instrumento da Transferência do Direito de Construir (TDC) em suas duas modalidades, discorre
109 brevemente sobre o histórico da aplicação do instrumento, que vigora em São Paulo desde a
110 década de 1980, mas que recebeu nova configuração e ordenamento a partir do PDE de 2014.
111 Ressalta que a modalidade com doação de imóvel foi aplicada apenas em dois casos desde 2014,
112 ambos os casos na viabilização de parques municipais, sendo eles, o Parque Augusta e para parte
113 do Parque Linear Itapaiúna. Conclui apontando as demais normativas que regulam a modalidade
114 de TDC sem doação de terreno, o Decreto Municipal número 58.289/18 e a Lei Municipal
115 17.734/2022. Finalizada a apresentação do vídeo, a **Sra. Patrícia Saran** toma a palavra, agradece a
116 equipe e dá início à escuta das manifestações dos munícipes presentes. Passa a palavra para o **Sr.**
117 **Osni Pandori**, membro da macrorregião Leste 1 do Conselho Participativo Municipal, e integrante

118 suplente do CPMU. O Conselheiro inicia sua fala apresentando a situação de um determinado
119 empreendimento localizado na Penha, em que já iniciaram as obras para a construção de sete
120 torres e de mais de 1.500 apartamentos, situado no eixo da Marginal Tietê. Questiona sobre a
121 inexistência de uma saída viável, pois, segundo ele, não existe planejamento para esta construção,
122 a construção do prédio foi liberada e há apenas um pontilhão onde passam dois carros por vez e,
123 possivelmente quando comercializado, o empreendimento irá impactar toda a dinâmica do bairro,
124 sobretudo pela falta de transporte coletivo e uma saída viável para os carros. Aponta que, nesta
125 revisão do PDE, esse tipo de ação deve ser coibida, indagando sobre como a participação social
126 estaria envolvida nestes casos, para que não ocorra um desordenamento como aconteceu em
127 outros distritos da cidade. Conclui a fala notando que a cidade vive um *boom* de construção de
128 prédios de uma classe privilegiada que depois reclama da falta de planejamento e se coloca a favor
129 do desenvolvimento dos Planos de Bairro para que se possa planejar e estruturar estes casos. A
130 **Sra. Ana Maria Wilhelm**, representante do movimento Pró-Pinheiros, pergunta sobre o incentivo
131 da administração municipal para a elaboração dos Planos de Bairro, indagando que a elaboração
132 destes planos não deveria ser delegada às organizações da sociedade civil, mas sim se constituir
133 como parte integrante do processo do Plano Diretor Estratégico. Questiona em que momento do
134 processo de revisão do PDE os bairros e as regiões serão incentivados e estimulados a elaborarem
135 os seus Planos de Bairro, com a escuta dos moradores locais. O **Sr. João Moreirão**, Conselheiro do
136 CPMU, cumprimenta a todos os presentes e aponta que, em sua visão, as subprefeituras têm
137 grande responsabilidade na elaboração dos Planos Regionais, no entanto, elas não cumprem seu
138 papel, pois, em muitas delas, não há ninguém do ramo para supervisionar a coordenação de
139 urbanismo. Aponta que em muitas das Subprefeituras o Conselho Participativo sequer é
140 considerado, mas em algumas exceções, há um diálogo com os conselheiros. Dá o exemplo da
141 Subprefeitura do Butantã, que realizou discussões por Distrito. Aponta que em relação à
142 participação social, os esforços do executivo municipal ainda estão muito aquém do esperado, que
143 as oficinas participativas da revisão do PDE não têm sido divulgadas como deveriam e que por isso
144 estão esvaziadas e não possuem um quórum significativo por região. Conclui que, se essas
145 questões não forem corrigidas, a participação social não vigorará de fato, que não se pode dizer
146 que está sendo realizado um processo de revisão com ampla participação social e de forma
147 democrática. A **Sra. Beatriz Messeder**, representante da Associação Comercial do CPMU,
148 cumprimenta os presentes, agradece a apresentação e reforça a fala do Sr. João Moreirão. Cita a
149 importância de se ter um foco na participação social, comenta que percebe que já há um esforço da
150 SMUL, mas que é um ponto que sempre tem de ser aprimorado. Aponta a importância de se buscar
151 uma descentralização da gestão e da reforma administrativa, indagando como este processo pode
152 fazer parte da revisão do PDE, sugere que este processo se daria buscando levar o PDE para a
153 escala local, distribuindo poder nas Subprefeituras. Estas que, na visão da Conselheira, não são
154 suficientemente paramentadas para dar instruções mínimas ao munícipes para a elaboração do
155 Planos de Bairro, sobretudo nas áreas das franjas da cidade. Nota que o Plano de Bairro do Jardim
156 Lapenna teve um investimento da Fundação de Tide Setubal de 5 milhões de reais e ressalta a

157 magnitude deste investimento no caso da elaboração de cada Plano de Bairro em cada
158 Subprefeitura. Conclui que, dada esta situação, seria necessário um fomento por parte da
159 Prefeitura para a realização de outros planos. A **Sra. Maria Angélica Oliveira**, Conselheira do
160 CPMU, questiona o processo de elaboração dos Planos de Bairro, que não capacita a população
161 para sua elaboração, impossibilitando o processo de elaboração pelos munícipes e se coloca contra
162 a possibilidade de elaboração destes planos por parte de fundações ou organizações terceiras.
163 Aponta que o processo de revisão do PDE deve estar atento a estas questões colocadas, que há
164 muita contradição no ordenamento territorial da cidade. Avalia que a Prefeitura tem de pensar
165 como resolver essas questões dentro do sistema de planejamento, de forma pactuada com a
166 sociedade civil, dando maior equidade para as regiões da cidade. Reconhece que há um grande
167 trabalho a ser feito na capacitação das subprefeituras dentro do processo participativo e de
168 planejamento urbano. A **Sra. Lucia Campos**, ex-servidora da Subprefeitura de Pirituba, relata que
169 acompanhou a não efetivação dos Planos Regionais das Subprefeituras, que esta questão é
170 importante para a aplicação do PDE, que os Perímetros de Ação dos Planos Regionais não foram
171 efetivados, tampouco foram realizadas audiências públicas e não foram formados dos Núcleos
172 Regionais de Planejamento que estavam previstos no art. 345 do PDE. Aponta que estas inúmeras
173 situações estavam previstas pelo PDE de 2014 e não foram realizadas. Insiste que esta gestão tem
174 de finalizar os Planos Regionais das Subprefeituras de maneira participativa. Propôs a criação das
175 microáreas das subprefeituras, trabalho que deve ser feito capacitando os profissionais das
176 Subprefeituras, que não tem uma Supervisão de Planejamento capacitada. Conclui que a instância
177 de planejamento regional ainda não aconteceu, até hoje. A **Sra. Wellyene Gomes Bravo**,
178 conselheira do CPMU e membra do Conselho Participativo do Campo Limpo apresenta-se e
179 corrobora a fala dos participantes que à precederam, sobretudo com a fala da **Sra. Lucia Campos**.
180 Aponta que a participação social está presente em todo o ordenamento jurídico desde a
181 Constituição, o Estatuto da Cidade, a Lei Orgânica do Município, o Plano Diretor e tudo que vem
182 nesta cadeia da legislação. Denota que a criação das Subprefeituras, desde 2002, já tinha a
183 preocupação com a necessidade do planejamento territorial local e, a partir da escala local,
184 construir o planejamento da cidade como um todo. Argumenta que, neste processo de revisão do
185 Plano Diretor Estratégico, tem de se criar alguns mecanismos que obriguem, de fato, a elaboração
186 dos Planos de Ação, estabelecendo prazos e relatórios. Nota que os Planos Regionais não foram
187 cumpridos pelo Executivo Municipal, gerando desdobramentos diversos já apontados
188 anteriormente neste processo participativo. O **Sr. Antônio Zagato**, conselheiro do CPMU na
189 cadeira de mobilidade pela Ciclocidade, aponta que o balanço do tema da gestão democrática em
190 relação aos conselhos participativos é, segundo o conselheiro, bem negativo. Pontua que o
191 colegiado em questão, o CPMU, não tem cumprido as suas atribuições como conselho deliberativo
192 pois não tem sido provocado, já que os processos decisórios se afastam das submissões ao CPMU.
193 Complementa que os Projetos de Lei (PL) tem sido encaminhados à Câmara Municipal sem que
194 tenham sido enviadas as minutas para debate no CPMU. Aponta ainda, que, mesmo quando são
195 encaminhadas, a composição do conselho não permite o pleno debate, pois os servidores da

196 Prefeitura e o Segmento empresarial votam em bloco, conformando sempre uma maioria em
197 relação à sociedade civil. Continua suas colocações, notando que, nessa conformação, os
198 interesses não lucrativos da sociedade são colocados de lado, que esta questão se repete dentro
199 de outros conselhos e dá como exemplo o Conselho Gestor do PIU do Pacaembu e os Conselhos
200 Gestores das ZEIS. Retoma os artigos 321, 326 e 329 do PDE. Conclui apontando que os
201 conselhos de orçamentos participativos foram extintos e que isso influenciou diretamente no
202 acompanhamento dos objetivos e das ações dentro das Subprefeituras. O **Sr. José André Araújo**,
203 conselheiro membro do CMPU, membro do Conselho Municipal de Habitação e Coordenador do
204 Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização, inicia a fala apontando que, desde 2006,
205 houve um centralismo das funções atribuídas às Subprefeituras, que os conselhos participativos
206 devem ter um caráter deliberativo e fiscalizador, não apenas consultivo, como previsto pela lei
207 13.425/2002, sobretudo para a gestão de programas e planos. Denota que há um
208 descumprimento, à priori, não somente do PDE, mas da própria Lei Orgânica do Município, onde
209 se prevê a gestão popular e a transparência da administração pública. Comenta que outro ponto
210 de atenção para a revisão do PDE, são os Conselhos Gestores de ZEIS, que também causa
211 problemas muito sérios nos Planos de Urbanização, na questão da Intervenção Urbanística,
212 propõe que este problema seja resolvido com a cooperação e assessoria das universidades,
213 apontando que essa mesma solução pode ser aplicada à elaboração dos Planos de Bairro. Pontua
214 que outro ponto de atenção deve ser a questão do orçamento participativo, com a participação da
215 população nos processos decisórios, apontando onde devem ser realizados os investimentos do
216 executivo, conforme previsto no artigo 2º do Estatuto da Cidade. Conclui a fala apontando que
217 falta zelo ao Estatuto da Metrópole, que falta instituir o Conselho Regional de Habitação, previsto
218 pela Lei Orgânica do Município. Encerrada a fala do conselheiro, a **Sra. Patrícia Saran** dá
219 prosseguimento à Audiência Temática de Gestão Democrática e Sistema de Planejamento e passa
220 a palavra à **Sra. Heliana Lombardi Artigiani**, Coordenadora de PLANURB, para suas
221 considerações. Cumprimenta a todos os presentes, agradece as contribuições e felicita a todos
222 pela presença e empenho em buscar pela participação social. Aponta que há um alinhamento entre
223 os entendimentos dos participantes da Audiência Temática com os problemas identificados no
224 Diagnóstico da Aplicação do PDE publicado por Planurb. Responde ao **Sr. Osni Pandori**,
225 pontuando que a questão levantada por ele está relacionada ao licenciamento, que pode não ter
226 interferência alguma com o PDE, mas que o caso será estudado e, na medida em que este caso
227 tiver alguma interface com o PDE, será proposta alguma maneira esta questão será levada a
228 diante. Em seguida, aponta que, em relação aos Planos Regionais elaborados em 2004, os Planos
229 Regionais de 2016 possuem uma interface menor com o ordenamento territorial da cidade e que,
230 nos planos vigentes, a partir da delimitação dos Perímetros de Ação, os Planos de Ação devem
231 realizar uma priorização dos perímetros prioritários ao investimento do Executivo Municipal,
232 concluindo que, desde Plano Diretor de 2002 e os Planos Regionais de 2004, o sistema de
233 planejamento sofreu alterações estruturais. Esclarece que os Planos de Ação das Subprefeituras
234 do biênio de 2019 e 2020 foram publicados no ano de 2020 via internet, fora do prazo, por conta

235 dos desdobramentos da pandemia da Covid-19. Esclarece também que a elaboração dos Planos de
236 Ação é de responsabilidade das Subprefeituras, contando com a articulação entre outras
237 secretarias e o apoio técnico de SMUL, sobretudo durante o processo participativo. Aponta que os
238 Planos de Bairro foram pensados para dar mais poder para a participação popular, tem uma
239 característica descentralizadora e, conforme previsto, é uma atribuição dada às Subprefeituras,
240 mas que pode se realizado também através da iniciativa popular. Concorda com o que foi
241 levantado pelos conselheiros em relação à falta de capacitação técnica tanto das subprefeituras,
242 quanto da população em geral. Nota que já existe, dentro de SMUL, um projeto de capacitação das
243 subprefeituras, independente do processo de revisão do PDE, ainda que possam ser incorporadas
244 propostas sobre a temática para a revisão do PDE. Reforça que, durante o processo de revisão do
245 PDE, o contato entre a SMUL e as Subprefeituras tem se estreitado e que a elaboração dos Planos
246 de Bairro tem sido assunto recorrente neste diálogo. Destaca que, em relação aos conselhos, tudo
247 o que tem sido realizado na SMUL tem respeitado a normativa prevista e as atribuições
248 regulamentadas, mas que sempre há espaço para melhorias. Concorda com o **Sr. José André**
249 **Araújo** que a relação com a região metropolitana deve ser fortalecida, que esse vínculo se
250 enfraqueceu com a extinção da Empresa Paulistana de Planejamento Metropolitano (EMPLASA) e
251 que precisa ser retomado. É passada a palavra ao **Sr. José Armênio de Brito Cruz** para fazer suas
252 considerações sobre as temáticas levantadas. Afirma que vai repassar as questões abordadas em
253 relação à descentralização ao Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário da SMUL. Concorda com os
254 munícipes sobre a necessidade de se haver mais fomento às iniciativas de se desenvolver os
255 Planos de Bairro, que pode ser um elemento muito importante para o sistema de planejamento.
256 Conclui a fala apontando que, em relação ao que foi levantado pelo Sr. Osni Pandori, sobre as
257 obras do empreendimento residencial na Penha, este determinado empreendimento foi aprovado
258 por lei, se não por este Plano Diretor, foi pelo antigo, mas que, a observação atenta dos munícipes
259 a essas dinâmicas geradas pelas mudanças da cidade são fundamentais para que sejam feitos
260 ajustes na lei, caso seja necessário, para atender as necessidades dos cidadãos. Finalizada a fala, é
261 retomada as contribuições dos presentes. O **Sr. José Zildo Almeida da Silva**, Conselheiro do
262 CPMU, comenta sobre a mesma temática levantada pelo Sr. Osni Pandori, o licenciamento de
263 grandes empreendimentos em locais onde não há uma infraestrutura que contemple a magnitude
264 destes empreendimentos. Aponta sobre a necessidade de se realizar uma melhor coordenação
265 entre os conselhos, os coordenadores de obras e o licenciamento de empreendimentos, pois, se
266 não forem resolvidas as causas agora, será necessário combater os efeitos depois. Afirma que as
267 coordenações regionais têm de se articular entre elas para que não sejam feitas más escolhas,
268 sugere reuniões nos CEUs, que comportam infraestrutura para receber várias pessoas. A **Sra.**
269 **Rosana Maltoni**, representante do CPM da Vila Prudente, complementa a problemática levantada
270 sobre o licenciamento de empreendimentos, dizendo que é uma questão importante também no
271 território da Vila Prudente, sobretudo devido à presença da linha verde do metrô, onde há
272 problemas de enchentes muito sérios. Alerta que o CPM vem ressaltando estes problemas faz
273 anos, sem retorno da administração executiva municipal. Aponta que os conselhos têm de ser

274 ouvidos e que há a necessidade, não atendida, de se ter um retorno nas questões que são
275 levantadas. Afirma que a democracia é uma via de mão dupla, com um mesmo objetivo, que é o
276 desenvolvimento e a melhoria da região. A **Sra. Verônica Bilyk**, representante da Organização
277 Pró-Pinheiros, pronuncia-se a respeito da Oficina Participativa realizada no dia 23 de julho,
278 referente ao processo de revisão intermediária do PDE de 2014. Afirma que é muito dispare o
279 debate realizado dentro da oficina em relação ao debate realizado na presente Audiência
280 Participativa Temática. Aponta uma ineficácia da metodologia adotada para os trabalhos
281 realizados na Oficina Participativa, pontuando um grande descontentamento por parte dos
282 munícipes e uma confusão em relação àquilo que deveria ser realizado naquele momento. Afirma
283 que não foi um processo conclusivo, que não há muitos momentos de diálogo, como o proposto
284 pela Oficina Participativa e que, quando há, é realizado de forma infantil e precária. A **Sra. Laurita**
285 **Sales**, representante da associação Pró-Pinheiros, enfatiza as dificuldades da participação popular
286 no processo de revisão intermediária do PDE. Aponta que as plataformas e os momentos da
287 participação popular são fragmentados e com pouco espaço de fala, que desta maneira a
288 participação acaba se dando de forma seletiva. Assinala o instrumento da Conferência Municipal
289 como muito oportuno e necessário, tal como as conferências regionais realizadas no processo de
290 elaboração deste mesmo Plano Diretor. É feita a proposta de, dentro do contexto do planejamento
291 da revisão do PDE, realização de conferências regionais e, depois, uma conferência municipal, pois,
292 nestes espaços, as pessoas podem se manifestar de forma conjunta e menos fragmentada. A **Sra.**
293 **Fátima Elodia**, Conselheira do CMPU, do CPM Sapopemba e do Conselho Municipal do Meio
294 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES), afirma que o CADES não conseguiu eleger
295 nem 16 (dezesesseis) conselheiros, que isso dificulta o cumprimento das atribuições consultivas e
296 deliberativas do conselho e que não tem sido possível resolver, através do conselho, nem as
297 questões mais simples que são levantadas. Aponta um abandono do poder público para lidar com
298 essas problemáticas. Concorda com o que foi levantado em relação à participação popular dentro
299 da agenda das Oficinas Participativas e complementa que não há uma divulgação devida, que a
300 logística não tem atendido às correspondências e que, nas subprefeituras, não há respaldo em
301 relação aos questionamentos levantados pelos conselheiros. A **Sra. Beatriz Messeder** se
302 manifestar novamente, afirmando que é favorável ao caráter deliberativo dos conselhos
303 participativos municipais, que o processo de revisão intermediária do PDE é uma oportunidade
304 para repensar não somente a composição destes conselhos, mas de fortalecer e dar aos conselhos
305 um caráter deliberativo. Aponta sobre a necessidade de se planejar territorialmente e de forma
306 estratégica os recursos do FUNDURB, diz que serão feitas propostas acerca desta temática, além
307 de propostas para a revisão dos TDCs. Aborda a questão da necessidade de se retomar o
308 planejamento em escala metropolitana, com uma visão de ordenamento territorial e de
309 mobilidade articulando os diferentes municípios que compõe a metrópole paulistana. Conclui a
310 fala retomando a questão do desenvolvimento dos Planos de Bairro ressaltando que, com o
311 planejamento em menor escala, é possível se articular as demais escalas de planejamento de forma
312 mais sistemática e com maior participação popular. A **Sra. Ana Maria Wilhelm**, representante do

313 movimento Pró-Pinheiros, realiza o pedido a SMUL de patrocinar o Plano de Bairro de Pinheiros,
314 para que sirva de modelo para o desenvolvimento de outros Planos de Bairro, ressaltando o
315 caráter de urgência de se realizar este processo em Pinheiros, colocando-se à disposição para
316 ajudar com o que for necessário. É repassada a palavra ao **Sr. Antônio Zagato**, que ressalta o
317 contraste entre o discurso e a prática do executivo municipal, apontando que não foram
318 abordados, no material apresentado por Planurb, temas centrais relacionados à gestão
319 democrática e o sistema de planejamento, como por exemplo, as eleições do Conselho Municipal
320 da Saúde, que foi delegada a uma entidade privada. Acrescentou que, ao passo em que os
321 conselheiros têm apenas três minutos para se manifestarem, os integrantes da SMUL tem se
322 encontrado diversas vezes com o setor imobiliário. Apontou sobre a necessidade de se realizar
323 também encontros com os conselheiros municipais, de se registrar todos os documentos
324 relacionados à revisão do PDE em um processo SEI unificado, de o site Gestão Urbana incorporar
325 as agendas da revisão do PDE. Conclui dizendo que, a legalidade não é uma questão de justiça, mas
326 sim uma questão de poder, e o poder, na administração pública da cidade de São Paulo, não tem
327 sido partilhado com a sociedade civil e seus colegiados. O **Sr. Osni Pandori**, reinscrito na lista de
328 participação, complementa sobre a questão levantada anteriormente sobre o empreendimento
329 imobiliário em obras na Penha. Ressalta novamente a importância de se articular as
330 infraestruturas no sistema de planejamento urbano, sempre respeitada à participação popular,
331 que não tem o direito de deliberar sobre as transformações da cidade. Aponta que, conforme foi
332 sugerido pela Sra. Ana Maria Wilhelm, em relação a elaboração do Plano de Bairro de Pinheiros, a
333 mesma coisa pode ser realizada na Penha, um bairro histórico da cidade de São Paulo. Encerrada a
334 fala, é passada a palavra novamente ao **Sr. José André Araújo**, que ressalta a necessidade de se
335 desenvolver o Plano Municipal de Habitação e de se elaborar metas e punições para sua aplicação.
336 Aponta que há a necessidade de uma integração entre as leis e os Planos elaborados, pois, há
337 muitas leis urbanísticas vigentes que não dialogam com o PDE. Dá como exemplo a
338 regulamentação do CPMU, realizada via Decreto, que não está sendo cumprido. Afirma que os
339 Parques Municipais estão demasiadamente distantes das estações de metrô e de trem, como
340 exemplo dos parques do Ibirapuera e do Carmo. Afirma também que há muitas questões que são
341 discutidas nos conselhos colegiados locais e que não chegam ao CPMU, apontando a necessidade
342 de se haver uma reforma para que estes problemas sejam superados. Conclui questionando as
343 atividades das Oficinas Participativas do processo da revisão intermediária do PDE, sobretudo se
344 está se adotando a melhor estratégia para a captura e sistematização das contribuições da
345 participação social. O **Sr. Gilberto Roque**, Conselheiro do CPM de Itaquera, questiona sobre as
346 obras de revitalização que estão ocorrendo na Subprefeitura de Itaquera, que tem destruído e
347 alterado as dinâmicas do bairro sem responsabilidade ambiental. Aponta a necessidade de se
348 ocupar os terrenos baldios presentes no bairro com a construção de prédios públicos voltados ao
349 atendimento habitacional para quem precisa. Afirma que há vários serviços de assistência social
350 que estão sem atender a população ou estão fechados e propõe que o Plano Diretor faça uma nova
351 contagem da população residente de Itaquera. Encerradas as contribuições dos inscritos, a **Sra.**

352 **Patrícia Saran** retoma a fala e fala sobre a metodologia das Oficinas Participativas, com base na
353 primeira etapa dos trabalhos da revisão intermediária do PDE, sendo um momento importante
354 para a apropriação da publicação do Diagnóstico da Aplicação do PDE realizada por PLANURB e
355 que, o principal momento de receber propostas e contribuições do processo participativo, será
356 realizado na segunda etapa da revisão do PDE. Aponta que a metodologia da primeira etapa foi
357 pensada também para conseguir abranger todo o espectro da população, não apenas dos setores
358 mais aparamentados conceitualmente para o debate, mas buscar mesmo o município com menor
359 capacitação para participar do debate. Afirma que todo o material que foi produzido durante as
360 oficinas realizadas tem sido sistematizado pelos técnicos da SMUL e será feita a publicação dessa
361 sistematização, quando terminada a etapa 1, na plataforma eletrônica da SMUL. Reafirma que as
362 propostas serão realizadas, sobretudo, na segunda etapa da revisão do PDE e que o prazo da
363 entrega da minuta da revisão do PDE é até o último dia do ano, 31 de Dezembro de 2022. É
364 passada a palavra para a **Sra. Heliana Lombardi Artigiani** fazer suas considerações finais da
365 audiência. Ressalta a importância do papel dos conselhos colegiados para a mobilização da
366 população para a participação social no processo de revisão intermediária do PDE. Afirma que a
367 extinção do então Ministério das Cidades, que trazia já alguma regulação sobre a Conferência das
368 Cidades, foi prejudicial para a aplicação daquilo que foi previsto pelo PDE, mas que há a
369 oportunidade de se readequar aquilo previsto pelo PDE para que a dita conferência possa ser um
370 instrumento de participação popular importante. Aponta que este é o momento de se ajustar na lei
371 aquilo que não está a contento da população e, para isso, que são realizadas as audiências públicas
372 no processo de revisão intermediária do PDE e que foram abertos os canais de participação online
373 e estão sendo realizadas as oficinas participativas da revisão do Plano Diretor Estratégico. Reforça
374 que após o encerramento da primeira etapa da revisão do PDE, serão publicadas as
375 sistematizações dos encontros e dos canais virtuais de participação social. Encerra a fala
376 agradecendo a participação de todos os presentes, se colocando à disposição para o contínuo
377 diálogo e passa a palavra para o **Sr. José Armênio de Brito Cruz** fazer suas considerações finais.
378 Este, relembra a fala do Sr. José Zildo Almeida da Silva, notando sobre a importância da
379 elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, este que é um subsídio relevante para se
380 pensar as contrapartidas e a socialização dos ganhos imobiliários da cidade, pensados através do
381 estímulo ao adensamento construtivo nos eixos estruturais da cidade. Parabeniza o movimento
382 Pró-Pinheiros pela iniciativa de entregar um documento que não é diagnóstico, mas propositivo,
383 ressaltando que já tem a posse do documento e que será considerado nos trabalhos da revisão do
384 Plano Diretor, incentivando outros grupos e associações a fazer o mesmo trabalho. Afirma que a
385 SMUL já tem a previsão de, pelo menos, dez projetos de iniciativas do urbanismo social, que fazem
386 parte da meta da SMUL e que tem sido discutido com os moradores. Ressalta o que foi apontado
387 pelo Sr. José André Araújo em relação aos parques serem também considerados como uma
388 infraestrutura importante na estratégia do adensamento nas áreas dos eixos estruturais. Encerra
389 a fala agradecendo a contribuição e presença de todos, ressaltando que é salutar a presença da
390 sociedade na discussão da revisão intermediária do PDE. Repassa a agenda das oficinas

391 participativas e audiências temáticas que ainda ocorrerão no processo da revisão do PDE,
392 afirmando a importância da presença do máximo de pessoas possíveis para contribuir para o
393 diagnóstico e elaboração de propostas. A **Sra. Patrícia Saran** lembra a agenda da 1ª fase do
394 processo de revisão intermediária do Plano Diretor e convida a todos para participarem das
395 demais atividades, incluindo a plataforma eletrônica <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>.
396 Agradece a presença de todos e encerra os trabalhos às 21h30. A íntegra da audiência pode ser
397 consultada através da plataforma eletrônica
398 <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/processo-participativo/>. Os documentos desta
399 audiência pública se encontram registrados no processo SEI 6068.2022/0006480-7.